

Por uma memória da Teoria: o conflito entre as gerações dos Metódicos e dos Annales⁴⁸

By a memory Theory: the conflict between generations of methodical and Annales

Clayton Ferreira e Ferreira Borges⁴⁹

Resumo: Partindo das reflexões de Ricoeur sobre a relação entre História e memória, tentaremos discorrer sobre como a memória historiográfica construída e, recorrentemente comemorada pela tradição dos *Annales* pôde criar uma postura generalizada de grande aversão à tradição historiográfica que os precederam. A questão que norteia nossa reflexão aqui é: a memória histórica criada, memorizada e celebrada pelos *Annales* faz jus à ideia de uma Revolução, sendo o conceito de Revolução entendido aqui no corrente sentido de uma mudança brusca e negadora da tradição? Dentro destes termos, a memória histórica da “escola metódica”⁵⁰ pode ser vista como impedida e/ou como manipulada dentro da prática de boa parte dos historiadores franceses e brasileiros, tendo em vista a grande influência exercida pelos *Annales* entre nossos profissionais? Ressaltamos de imediato que sabemos da impossibilidade de responder a ambas as perguntas de maneira completa neste curto trabalho, o que então almejamos é desenvolver um exercício heurístico no intuito de arrolar e minimamente problematizar certa gama de indícios.

Palavras-chave: Memória. Historiografia. Escola metódica.

Abstract: Starting from Ricoeur's reflections on the relationship between history and memory, try to discuss as built memory and historiography, repeatedly celebrated the tradition of the Annales could create a generalized attitude of great aversion to historiographical tradition that preceded them. The question that guides our thinking here is: the historical memory created, stored and celebrated by the Annales lives up to the idea of a revolution, and the concept of Revolution understood here in the usual sense of a sudden change and negating tradition? Within these terms, the historical memory of the "methodical school" can be seen as prevented and / or as manipulated in the practice of many of the French and Brazilian historians, considering the great influence exerted by the Annales between our professionals? We point out immediately that we know the impossibility to answer both questions in a complete way in this short work, which is then aim to develop a heuristic exercise in order to enroll and minimally discuss certain range of indications.

Keywords: Memory. Historiography. School methodical.

⁴⁸ Agradeço aos colegas Dianari Júnior e Philippe Delfino Sartin e ao professor Noé Freire Sandes pelas críticas e sugestões a este trabalho. Data de submissão 14/03/2015 e aceite em 30/07/2015.

⁴⁹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá. E-mail: clayton.borges@ueg.br ou cferreiraeferreira@yahoo.com.br

⁵⁰ Utilizaremos os termos *escola metódica* e *metódicos* entre aspas em função do caráter pejorativo neles contido.

Paul Ricoeur e sua reflexão sobre a memória

Em seu texto *A memória exercitada: uso e abuso*, Paul Ricoeur (2007, p. 71-72) almeja construir uma tipologia sobre a memória partindo do pressuposto de que a mesma constitui uma matriz para a História ciência. A ambição veritativa da memória seria então um problema digno de ser explorado, na medida em que incide sobre perguntas que não querem se calar desde o último quarto do século XX, no âmbito das ciências humanas: em que medida a História consegue representar de maneira adequada o passado? Qual o papel da narrativa neste esforço explicativo daquilo que já se foi? E, afunilando ainda mais a pergunta, como se dá a relação entre a História e a memória na dinâmica temporal?

A partir da distinção entre uma abordagem cognitiva (“o reconhecimento que coroa a busca bem sucedida”) e uma abordagem prática (onde o conceito de trabalho se torna central para se pensar na operação da recordação) sobre a memória, Ricoeur (no texto aqui trabalhado) procura explorar a última opção. A dimensão pragmática é então tratada a partir da expressão *memória exercitada*, uma memória que deixa de ser meramente uma busca pela recordação, mas que é agida (na “ação” o passado é visto como que colado ao presente, tende-se a se enxergar somente sua imediatez), se caracterizando assim em uma “economia de esforços” do sujeito que se lembra, na medida em que este “explora metodicamente [...] a memorização”. Memorização (sendo esta uma memória hábito, é cultivada a partir das estratégias de aprendizado) e rememoração são então definidas como duas “modalidades de fazer memória”, que embora distintas entrecruzam-se no ato de lembrar-se. Ricoeur utiliza os conceitos memória natural e memória artificial para refinar a distinção entre as já referidas dimensões cognitiva e pragmática da memória, respectivamente. Deste modo, a *memória natural* é o ato de rememorar, trata-se de uma busca. Enquanto que a *memória artificial* já não é uma busca, mas sim uma prática, a prática daquilo que foi lembrado e/ou memorizado.

Partindo do pressuposto de que a memória também é praticada, Ricoeur ressalta que o uso enseja o abuso, e este abuso acarreta uma *memória infeliz*, pois inconsciente e irrefletida. A memória infeliz seria uma espécie de *memória memorizante*,⁵¹ ou seja,

⁵¹ Ao utilizar o termo *memorizante*, Ricoeur deixa evidente a influência da tradição dos *Annales* para com a sua concepção de História, fazendo alusão às críticas de François Simiand e de Henri Berr (fundador da *Revue de Synthèse Historique*, revista pioneira nas críticas à história tradicional em França) sobre os “metódicos”, onde o primeiro cunhou o termo *história historizante*. Os *Annales* por sua vez podem ser vistos como “herdeiros” do debate crítico sobre a “escola metódica” iniciado com a fundação da *Revue de Synthèse*

resultado de uma prática descompromissada com uma postura crítica que preza pelo uso comedido da memória natural. Assim, memória infeliz e/ou memorizante seria uma forma abusiva da memória natural, pois o seu apanágio seria esquecer o esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 73-74).

Em contrapartida, Ricoeur defende uma *memória feliz*, pois fruto de um esforço reflexivo que almeja uma justa memória, negando tanto o excesso de memória quanto o excesso de esquecimento. Desenvolvendo de forma exemplar o método hermenêutico (como o faz em todo o seu referido texto), o autor esclarece que memória feliz não significa ingenuamente estabelecer uma apologia e/ou “elogio da memória”, entretanto, também não se tratando de cair no outro extremo da negação da memória. Sua defesa de uma visão crítica que convenha ao exercício plausível da memória é pautada na tentativa de construir “uma *memória poética* para transcender a oposição entre memória natural e memória artificial, para pulverizar a oposição entre uso e abuso” (RICOEUR, 2007, p. 79) (grifo meu).

O caráter pernicioso da memória é evidenciado de forma mais clara em sua reflexão sobre a tradição da *ars memoriae*, que exaltava o poder da memória e almejava o “desejo exorbitante de nada esquecer”. Segundo Ricoeur, o efeito colateral mais expressivo desta prática apologética foi o equívoco em desvincular a evocação da memória com o passado, com “aquilo que realmente aconteceu”, pois a imaginação não controlada (desvinculada de qualquer noção de limite, logo não metodizada) produziu uma falsa memória, uma memória mágica. O que Ricoeur propõe então seria uma “reintrodução da ideia de limite” para se pensar a relação entre a memória e o esquecimento. Sugere o deslocamento de uma “magia da memória” para uma “pedagogia da memória” onde a noção de limite seria baseada em uma imaginação poética, uma imaginação criadora, porém também metódica, não se abstendo o sujeito que interpreta e/ou lembra, do uso comedido tanto da rememoração quanto do esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 80).

A supracitada tipologia criada por Ricoeur se situa então de maneira mais enfática no âmbito do abuso da prática da memória natural. Ricoeur lança mão de um aparato conceitual retirado de Sigmund Freud buscando analisar de forma mais refinada o porquê

Historique. O curioso é percebermos que mesmo partindo da concepção de História dos *Annales*, Ricoeur estabelece reflexões que possibilitam uma (re) visão crítica da construção da memória histórica do próprio grupo. Ver: SIMIAND, François. *Méthode historique et science sociale: étude critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et de M. Seignobos*. *Revue de Synthèse Historique*. T. 05, 1903, p. 01-22; e também: BERR, Henri. *Histoire traditionnelle et synthèse historique*. *Revue de Synthèse Historique*, T. 23, 1911, p. 121-130.

do frequente mau uso da memória no âmbito coletivo. Ricoeur adverte que o conceitual teórico criado por Freud se situa na magnitude individual, entretanto, lança mão do uso de analogias para se pensar o coletivo dentro destes parâmetros. O seu interesse é o de estabelecer uma tentativa de transposição das categorias de análise freudiana da memória individual para se pensar no gerenciamento da memória na sociedade (a memória coletiva), uma busca generalizadora arrolada na prudência (RICOEUR, 2007, p. 82-83).

O primeiro nível, o “patológico-terapêutico”, é o da *memória impedida*. A partir do estudo de Freud sobre as lembranças traumáticas individuais, Ricoeur extrai o conceito *compulsão de repetição* que consistiria na “substituição da lembrança” pela “passagem ao ato”. Essa enfermidade individual seria oposta ao ato de superação da mesma, conceituado como *trabalho de rememoração*. Lançando uma ponte com outro estudo de Freud, “Luto e melancolia”, Ricoeur cria uma analogia entre os conceitos *compulsão de repetição* e *melancolia* e, entre *Trabalho de rememoração* e *Trabalho de luto*. Enquanto a melancolia caracterizaria a patologia da memória - devido a uma relação problemática com a memória - o trabalho de luto seria o esforço de superação da doença psíquica, e o resultado dessa superação seria a reconciliação com o passado que até então era negado e/ou excessivamente evocado (RICOEUR, 2007, p. 84-89).

O importante aqui para Ricoeur é conjecturar que no plano da memória coletiva a compulsão de repetição produziria uma espécie de memória repetição, pois resistente à crítica, caracterizando assim um excesso de memória. Por outro lado, este excesso de memória produziria o seu contraponto, a insuficiência de memória sobre outrem. Novamente Ricoeur propõe como uma possível solução para este problema, uma memória lembrança (uma lembrança verdadeira, pois produtora de uma justa memória), uma memória crítica em detrimento da memória repetição, no objetivo de possibilitar que se supere o “déficit de crítica” necessário para efetuar o trabalho de rememoração, onde a reconciliação com o passado seria possível. Neste patamar, a memória impedida seria o resultado de uma postura acrítica para com a memória natural, caracterizando-se talvez em um mau uso coletivo do exercício da memória.

No nível prático Ricoeur versa sobre a *memória manipulada* pelo poder, onde lança mão da “categoria weberiana de racionalidade segundo um fim [...] oposta à de racionalidade segundo um valor” para cunhar o termo *memória instrumentalizada*. É neste ponto de sua análise que o autor explora o problema do entrelaçamento da memória e da

identidade, onde parte do pressuposto teórico de que a memória compõe o principal elemento constitutivo da identidade, e esta produz memória.

A memória manipulada é vista como frágil. Fragilidade esta potencializada no âmbito cognitivo em função da “proximidade entre imaginação e memória”. De acordo com Ricoeur, neste ponto ocorre um círculo vicioso entre memória e identidade, onde a fragilidade da memória fomenta igualmente uma fragilidade da identidade, devido á uma “relação difícil [desta] com o tempo”, o que por sua vez “justifica o recurso [da identidade] à memória”. Memória e identidade se constituem mutuamente (RICOEUR, 2007, p. 93).

Um ponto importante neste nível é a atenção dada pelo autor ao fenômeno ideológico. Longe de negar a ideologia - de negar a presença de elementos subjetivos no fazer historiográfico, elementos produtores de múltiplos posicionamentos políticos ante a tradição estabelecida –, Ricoeur propõe uma crítica das ideologias, ao reconhecer não só o seu potencial para a “distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder”, aspectos estes vistos com ressalvas, mas também quando destaca a sua importância para a “integração da realidade por meio de sistemas simbólicos imanentes a ação” (RICOEUR, 2007, p. 95). O ponto crucial deste nível é quando o autor articula memória, identidade, narrativa e ideologia:

[...] a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. [...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. [...] Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece (RICOEUR, 2007, p. 98).

Esta relação complexa abre a possibilidade para que se produza uma narrativa imposta – uma constituição de sentido imposta – por determinado grupo a outrem, na medida em que este grupo procura justificá-la a partir de uma *memória imposta*, uma memória autorizada. Tal história imposta pede ainda que ela seja “aprendida e celebrada publicamente”. Neste ponto crítico do gerenciamento da memória na sociedade pelo crivo da ideologia, Ricoeur novamente objeta o perigo do “elogio incondicional da memória” através da crítica de Tzvetan Todorov sobre os “ritos e mitos” associados a supostos “acontecimentos fundadores”. O perigo exposto aqui é o de rimar “rememoração,

memorização e comemoração” em um só verso, em um só ato acrítico (RICOEUR, 2007, p. 98).

No nível ético-político o conceito cunhado é o de *memória obrigada*. O problema analisado aqui por Ricoeur é o de *dever de memória* associado à “ideia de justiça”, onde o “dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”. Mas a questão é a de saber até que ponto a referida ideia de justiça legitima um dever de memória. Outra vez a noção de limite é trazida à reflexão (RICOEUR, 2007, p. 99-104).

Lançando mão outra vez da analogia, Ricoeur desenvolve o raciocínio em que a noção de *dever* remete a uma noção de *dívida* do presente para com o passado, podendo ser considerada a dívida como uma *herança* temporal. A possível solução para este impasse seria a de “pagar a dívida [...] mas também submeter a herança a inventário”, ou seja, a partir do momento em que admitimos que herdamos uma dívida para com o passado, devemos pagá-la, mas somente após um exercício de reflexão sobre a “procedência”, o “desenvolvimento” e o “peso” da mesma em nosso presente. Ao trazer a noção de dívida, Ricoeur pretende fortalecer o seu argumento de que é preciso exercer uma postura crítica perante a memória para que possamos combater de forma consciente o seu mau uso também no âmbito político-social. A noção de vítima configuraria o sentido negativo do dever de memória, pois criaria uma “demanda de justiça” insaciável na medida em que esta demanda é utilizada com fins políticos, ocorrendo assim um deslocamento da memória lembrança para a “passagem ao ato”.

Portanto, ocorre um uso abusivo dessa memória natural que resulta em uma instrumentalização da mesma, uso que explora uma memória que não é trespassada pela interpretação crítica, o que por um lado resulta na prática da comemoração de certa memória, enquanto que, pelo outro lado despreza, ignora e desvaloriza outras memórias, ao passo que supervaloriza a que “escolheu” de acordo com o seu interesse político. Nisto reside a importância da ambição veritativa da memória (esta dando-se “sob o signo da fidelidade” e não da objetividade), só possível pelo crivo da crítica, pois esta ambição funcionaria como um critério antropológico universal para a adequada gestão da prática da memória.

Assim é que Ricoeur entende a relação entre memória e a História, a primeira não constituindo mero objeto da segunda, mas sim uma matriz fenomenológica que serviria de base à epistemologia da História científica. Ressalta-se assim que esta relação não é optativa, mas intrínseca. Neste ponto, Ricoeur concorda com Pierre Nora quando este

afirma que a “história é uma memória verificada”, onde a noção de limite da imaginação criadora é regida pelo método, sem que necessariamente haja prejuízo a nenhuma das partes. Em suma, o que Ricoeur propõe é uma “inversão da obsessão comemorativa”, do seu uso exclusivamente passivo no âmbito social, e defende que se exercite o lado ativo do uso da memória, negando assim não a memória ou o esquecimento de forma plena, mas sim a tirania da memória em nome de uma justa memória. Trata-se de uma *terceira via* entre o dever de memória (em seu sentido pleno) e o direito ao esquecimento dentro da problemática moral. “Perspectiva veritativa e perspectiva pragmática sobre a memória” se imbricam de forma não excludente (ALBUQUERQUE JR, 2007).

Ao indicarmos os usos e abusos na prática da administração da memória temos a intenção de evidenciar a necessidade de depurar o debate teórico-metodológico. Tal debate é efetuado recorrentemente sem o recurso aos aspectos subjetivos constituintes da interpretação do passado. Longe de sugerir soluções definitivas, nosso intento é o de apontar o problema referente à exclusão da dimensão da memória nos debates teórico-metodológicos, exclusão que frequentemente acarreta em esquecimentos - sejam eles conscientes ou não - injustificados. Ocultar tal dimensão nos “combates” acadêmicos seria o mesmo que negar que o historiador esteja envolvido por uma série de condicionamentos subjetivos, fruto de um lugar e de práticas que teimam em não aparecer nos textos, mas que existem tão somente em suas entrelinhas (CERTEAU, 2000). Neste sentido, torna-se imprescindível tomar em consideração um tipo de registro do passado, o da memória social - “ancorada na vivência” - e adicioná-lo ao tipo historiográfico - ancorado no método, o que pressupõe “controle e distancia” - pois, na realidade ambos se diluem na formação da cultura histórica, elemento este que funciona como pano de fundo para o estabelecimento da verdade na história (SANDES, 2009, p. 132).

Memória e historiografia: sobre a necessidade de considerar os elementos subjetivos na interpretação das tradições historiográficas

Partindo das reflexões de Ricoeur sobre a relação entre História e memória, tentaremos discorrer sobre como a memória historiográfica construída e, recorrentemente *comemorada* pela tradição dos *Annales* pôde criar uma postura generalizada de grande aversão à tradição historiográfica que os precederam. A questão que norteia nossa reflexão aqui é: a memória histórica criada, memorizada e celebrada pelos *Annales* faz jus à ideia de uma Revolução, sendo o conceito de Revolução entendido aqui no corrente sentido de uma

mudança brusca e negadora da tradição? Dentro destes termos, a memória histórica da “escola metódica” pode ser vista como impedida ou como manipulada dentro da prática de boa parte dos historiadores franceses e brasileiros, visto a grande influência exercida pelos *Annales* entre nossos profissionais? Longe de tentar esgotar o tema, o que almejamos nas páginas seguintes é desenvolver um exercício heurístico no intuito de arrolar e minimamente problematizar certa gama de indícios.

O embate político-institucional travado no início do século XX no cenário historiográfico francês entre a tradição até então consolidada e a corrente insurgente contra a mesma (“metódicos” e *annalistas*, respectivamente), produziu, além da já muito (re) conhecida “revolução metodológica”, uma memória histórica exageradamente distorcida sobre os representantes do primeiro grupo, estes que por sua vez podem ser vistos como “pais intelectuais” dos últimos, visto que formavam o corpo docente responsável pela formação dos mesmos.

Sintomaticamente, Lucien Febvre e Marc Bloch – reconhecidamente os idealizadores e fundadores da escola dos *Annales* –, apesar de intelectualmente próximos dentro deste panorama de mudança, adotaram posturas diversas ante a tradição historiográfica precedente. Enquanto Febvre colocava para si a tarefa de *combater* uma concepção de História que considerava demasiadamente ultrapassada, Bloch em inúmeras oportunidades reconheceu os ensinamentos e o valor da tradição historiográfica anterior, emblematicamente representada por seu mestre Seignobos (GOMES, 2006).

Em sua obra *Combates pela História*, Febvre usa e abusa de acusações e/ou argumentos irônicos e sarcásticos ao se referir aos que julga como positivistas. A seu ver a história factual feita pelos metódicos priorizaria a história política, o singular e, recusavam qualquer forma de síntese (FEBVRE, 1977, p. 10-19). De acordo com o nosso interesse, o importante a ser destacado aqui é a postura extremamente agressiva de Febvre para com os “metódicos”, podendo ser compreendida ao levarmos em consideração que o seu anseio era o de consolidar uma nova concepção de História em uma conjuntura institucional desfavorável. Tal anseio de hegemonia somente seria consolidado com seu sucessor Fernand Braudel, quase vinte anos depois da fundação da revista dos *Annales*⁵².

⁵² Utilizaremos a expressão “revista dos *Annales*” em função da constante troca do nome da referida revista, pois não estamos nos referindo a um período específico.

Antoine Prost, em sua obra *Doze lições sobre a história* (2008), observa lucidamente a postura de Febvre e a conjuntura em que ela se insere, onde também podemos perceber o papel exercido pela revista dos *Annales* (assim como toda revista científica, ela pode e talvez deva ser vista como um dispositivo de poder!) dentro de um “projeto científico”, um projeto de poder historiográfico institucional ainda embrionário naquele momento:

Temível polemista, Lucien Febvre perdeu o controle, nesse combate, a ponto de cometer injustiças ainda remanescentes [...]. Entretanto, a criação dos *Annales* perseguia, simultaneamente, desafios mais estratégicos, comprovando a veracidade de que “todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder” (PROST, 2008, p. 40).

Por sua vez, F. Braudel também adotou a postura *polemista* e exagerada de L. Febvre. Em sua obra, *Escritos sobre a História*, Braudel sempre se refere à produção histórica do século XIX segundo uma ótica repulsiva. Mesmo quando Braudel procura estabelecer algum tipo de elogio a historiadores do século XIX, como a Leopold von Ranke e Fustel de Coulanges (chamando-os de grandes historiadores), parece que o faz sempre como mero pretexto para logo adiante destacar através de suas críticas ferrenhas o que julga problemático em sua produção intelectual. Apesar dos elogios aparecerem de forma frequente em sua referida obra, Braudel sempre ressalta os seus supostos erros a fim de deslegitimar uma tradição historiográfica da qual não se considera membro, e como é amplamente sabido, da qual a sua tradição historiográfica sempre toma como ponto de partida para as críticas com explícito teor político e, conseqüentemente como um exemplo de como não se fazer História de maneira plausível (BRAUDEL, 1978, p. 14-22).

Deste modo, Febvre (que ao lado de Bloch era o principal representante da chamada primeira geração dos *Annales*) e Braudel (o maior representante da segunda geração) produziram interpretações exageradas que podem ser compreendidas se inseridas no contexto do “calor” da disputa institucional frente aos “donos” do espaço acadêmico francês à época. De acordo com Ricoeur (2007, p. 93) memória e identidade se constituem mutuamente e concomitantemente. Assim, a construção de uma “memória negativa” sobre os “metódicos” por ambos pode ser compreendida pela necessidade de afirmação e consolidação de uma identidade recém-criada, esta por sua vez solicita que se produza (através da configuração narrativa) uma memória positivada do grupo emergente que possibilite as condições para que a sua mencionada “identidade recém-criada” dure no tempo.

No entanto, o problema se instala quando a maioria dos herdeiros da tradição dos *Annales* toma as palavras de ambos como verdades absolutas, indubitáveis. Passa-se então de maneira generalizada a se reproduzir tautologicamente tais sentenças de forma acrítica (REIS, 1996), chegando mesmo ao ponto de “diabolizar, sem poupar exageros e simplificações, essa história “historicizante””, o que a nosso ver constituiu um fator primordial para que se instituisse um déficit de compreensão sobre as possíveis contribuições dos “metódicos” à fundamentação epistemológica da História (PROST, 2008, p. 39)⁵³.

Antoine Prost chama a atenção para o extremo a que essa postura acrítica pode levar ao sublinhar a caracterização caricatural que normalmente é construída sobre a “escola metódica” e seus membros mais destacados como Seignobos. Complementando, o autor relativiza a mudança entre as tradições e *lembra* o equívoco em menosprezar o trabalho de nossos predecessores:

É fácil reduzir essa concepção de história à sua caricatura. A caricatura é exagerada e Seignobos não se reconheceria em uma simplificação tão simplista. De fato, sejamos francos: em seu trabalho cotidiano, dando cursos ou escrevendo obras de síntese, a maior parte dos historiadores funciona segundo o esquema de Seignobos [...] O domínio da história é tão vasto e as fontes tão abundantes que seria um equívoco ignorar o trabalho dos colegas e dos predecessores [...] (PROST, 2008, p. 68-69).

Em outro trecho, Prost notoriamente minimiza a tão *celebrada* revolução dos *Annales* ao limitar ainda mais a mudança dentro da já limitada ideia de uma “revolução metodológica” (e não epistemológica!) defendida pela maioria dos críticos dos *Annales*. Divergindo até mesmo quanto ao verdadeiro *grau de mudança* nos pressupostos metodológicos do historiador produzido pela tradição dos *Annales*. Deste modo “a novidade dos *Annales* não está no método, mas nos objetos e nas questões. As normas da profissão foram integralmente respeitadas por L. Febvre e M. Bloch: o trabalho a partir dos documentos e a citação das fontes. Eles haviam aprendido o ofício na escola de Langlois e Seignobos” (PROST, 2008, p. 39).

⁵³ Nos termos de Ricoeur (2007, p. 99-104), esse seria um dos pontos em que lhes falta efetuar o inventário da herança evocada. Neste sentido, trata-se de questionar as verdades produzidas pela própria tradição em que o sujeito cognoscente se insere. Devendo fazer parte deste questionário a pergunta sobre até que ponto pode-se afirmar a diferença entre tradições distintas, dentro de uma perspectiva dialógica de investigação que incluía tanto as discrepâncias quanto as similitudes (GOMES, 2006, p. 458-459).

Prost emite uma sentença ao mesmo tempo simples e importante ao se referir a Febvre e Bloch: “Eles haviam aprendido o ofício na escola de Langlois e Seignobos”. O exercício de memorização/aprendizado dos que promoveram a mudança foi realizado dentro e em contato com a tradição à que a memória histórica dos *Annales* insiste em negar de forma plena. Trata-se neste momento de nos questionarmos em que grau podemos pensar a categoria de *mudança*, e assim também inserirmos a ideia de *continuidade*, no processo de transição entre ambas as tradições.

Neste intento, explorar o contraste entre as posturas de Bloch para com o já mencionado Febvre talvez possa nos oferecer um bom caminho no desenvolvimento desta ideia. Tiago de Melo Gomes, em seu artigo *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch* (2006) analisa os primeiros capítulos da obra *A sociedade Feudal* de Marc Bloch com a intenção de averiguar até que ponto procede a ideia muito difundida de que, diferentemente de Febvre, Bloch seria inteiramente um historiador do século XX.

Gomes assevera que, apesar de que sua análise se restrinja a somente alguns capítulos de uma obra monumental, lhe causa estranheza que ao procurar explicar como se constituiu o feudalismo na Europa central através das invasões “bárbaras” (este esforço representando somente a introdução de sua obra), Bloch tenha executado um trabalho que poderia muito bem pertencer à concepção de História predominante no século XIX, ao recorrer majoritariamente às “explicações a partir de fatores militares”:

Nota-se então que nas páginas percorridas Marc Bloch mostrou uma clara *dívida* para com a historiografia do século XIX, incluindo alguns elementos muito criticados pelo grupo de historiadores que reivindicou ardorosamente a herança do fundador dos *Annales*. Evolucionismo, visão da História como progresso, eurocentrismo, ênfase nas explicações a partir de fatores militares, idealismo, nacionalismo, exaltação de “grandes homens”: isso implica numa negação do caráter inovador de Bloch? Evidente que não [...] [grifo meu] (GOMES, 2006, p. 458-459).

Evidentemente, Gomes reconhece que esta constatação não diminui o “caráter inovador de Bloch”, assim como não pode ser usada para definir sua concepção de História como um todo. O seu interesse é colocar em evidência as continuidades da historiografia do século XIX na prática historiográfica de Bloch em uma de suas obras mais (re) conhecidas. Ora, se é plausível indicar uma certa parcela de dívida por parte de Marc Bloch para com seus antecessores, como é possível colocar o debate a respeito da transição

de uma geração a outra em termos radicais? A nosso ver, se podem ser constatadas “oposições radicais” entre uma tradição e outra, tais oposições são sobremaneira pontuais, restritas a questões bem delimitadas⁵⁴.

Segundo Gomes, Bloch pode ser visto assim como um indício importante e representativo para se desmistificar a memória histórica construída posteriormente sobre os “pais fundadores” da escola dos *Annales*. A mitologia estaria assim assentada na prática historiográfica (dos herdeiros da tradição) de se enfatizar demasiadamente a mudança, dando a esta uma conotação radical, enquanto negligenciam as continuidades entre ambas as tradições. Talvez a consciência deste erro por parte de Marc Bloch explique sua postura moderada frente àquilo que ele queria não *combater*, mas sim, *superar*! A argumentação de Bloch, tanto sobre a discrepância entre a tradição estabelecida e a que almejava construir, quanto para a necessidade de superá-la, gira em torno do que talvez possamos chamar de uma *historicização da historiografia*,⁵⁵ ao atribuir às “diferentes atmosferas mentais” o principal motivo para a existência de diferentes concepções de história:

Um elemento importante e frequentemente esquecido é o fato de que Marc Bloch, muito diferente de Febvre neste ponto, não colocava seu próprio olhar sobre a história em termos de uma brutal ruptura com seus antecessores. Enquanto Febvre, muito sintomaticamente, deu o nome de *Combates Pela História* para sua mais conhecida obra metodológica e fez jus ao título disparando contra seus opositores, Bloch adotou um caminho bastante diverso. Em sua *Apologia da História* assume outra postura em relação a seus antecessores. Em diversos momentos, mostra-se simpático a pontos de vista expressos por autores como Seignobos, Coulanges, Michelet ou Ranke, ainda que se trate de questões pontuais. Mesmo quando se trata de se opor a historiadores canônicos, como Seignobos e Niebuhr, Bloch mostra-se pouco disposto a “combates”, classificando suas diferenças em relação a tais autores como resultado de diferentes

⁵⁴ José D’Assunção Barros desenvolve uma análise sobre as contribuições dos *Annales* de forma crítica, ao buscar esquadrihar o devido grau de inovação das contribuições dos mesmos através de um aparato categorial expresso nos seguintes termos: oposições radicais e oposições interativas. As oposições radicais caracterizariam as mudanças enquanto que as oposições interativas assinalam as permanências entre os “metódicos” e os *Annales*. O objetivo do autor é o de desfazer o mito criado em torno da escola dos *Annales* através do adjetivo da inovação. Ver: BARROS, José D’Assunção. A escola dos *Annales* e a crítica ao historicismo e ao positivismo. Revista Territórios e Fronteiras, V.: 3, N.: 1 – Jan/Jun 2010. Sobre outra interpretação dos *Annales* que também assinala o “mito historiográfico” criado em torno da escola, ver: MATTA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886): Apresentação. In: Martins, Estevão de Rezende. (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010, p. 187-202.

⁵⁵ Para Ricoeur (2007, p. 90) a *memorização da história* deve coincidir com a *historicização da memória* em nome de uma justa memória. Neste sentido, o termo que utilizamos (*historicização da historiografia*) pode ser visto como uma *historicização da memória histórica*.

“atmosferas mentais” entre a época dos mesmos e o momento em que escreve. Assim, percebe-se que, a despeito de sua obra conter diferenças bastante óbvias entre sua concepção de História e a de seus predecessores, Bloch não deixa de reconhecer suas virtudes e parece crer que tais diferenças se devem basicamente ao fato de terem escrito em momentos diversos. Tal postura de Bloch é muito divergente da memória histórica que tende a ver nos fundadores dos *Annales* um pequeno grupo devotado a um combate incessante e heroico contra a historiografia anterior, um ponto de vista que é em parte uma visão posterior. Gérard Noiriel, por exemplo, mostra o decisivo papel de Febvre na construção deliberada desse mito, incluindo procedimentos que rigorosamente deformavam o passado da escola (GOMES, 2006, p. 455-456).

A caricatura desenhada sobre os “metódicos” é mais uma vez rejeitada, pois vista como simplista e injusta na medida em que se baseia em uma “oposição rígida entre os *Annales* e seus predecessores”. Gomes enfatiza assim a impossibilidade de se conceber uma história da historiografia plausível tendo como perspectiva interpretativa uma “súbita ruptura no campo da produção histórica”:

1929 não marca o fim definitivo de toda a historiografia anterior, nem o nascimento de padrões inteiramente novos a partir do zero. Conforme apontado no início deste artigo, há autores que têm se esforçado em demonstrar que a historiografia anterior a 1929 não corresponde à caricatura que os *Annales* dela fizeram. Mas é preciso ir mais longe, notando que mesmo os elementos mais criticados pelos *Annales* naquela historiografia podem ter surgido eventualmente na produção do grupo, desde seus fundadores. É importante ter em mente que, independente de quantos manifestos contra a historiografia anterior o grupo possa ter escrito, ou de quantas vezes seus herdeiros reafirmarem uma oposição rígida entre os *Annales* e seus predecessores, o fato é que acatar tal ponto de vista é estudar a historiografia de forma que jamais um historiador profissional poderia fazer, aceitando integralmente o ponto de vista dos vencedores e pressupondo uma súbita ruptura no campo da produção histórica. [...]

Se tal ano marca um duro golpe no Antigo Regime historiográfico, isso não significa sua imediata aniquilação seguida de uma reconstrução total do ofício do historiador. A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa do historiador. E o mesmo vale para os estudos historiográficos: apenas levando em conta esse complexo jogo de trocas, influências e reapropriações é que se poderá ter uma visão mais rica e não linear da história da historiografia (GOMES, 2006, p. 458-459).

Deste modo, tais rótulos funcionam como disseminadores de uma memória que é inicialmente manipulada, na medida em que contribuem decisivamente para homogeneizar grande número de profissionais em torno de definições ingênuas e compartimentadas. A frequente prática de se reduzir a uma singela caricatura toda uma tradição historiográfica implica em um evidente uso abusivo da memória histórica.

Destarte, a nosso ver a perspectiva mais plausível é pensar a historiografia hermenêuticamente, onde os conceitos “duais” não sejam trabalhados de forma excludente, onde as categorias de *mudança* e de *continuidade* não sejam tomadas como necessariamente opostas. Pois, se por *análise* pode-se entender sumariamente um esforço de compreensão por partes, e assim tendemos a pensar em um primeiro momento no plano das extremidades, não devemos nos esquecer de “lançar pontes” entre as partes para que não cometamos o equívoco primário de tomar o todo pela parte, ou a parte pelo todo (RICOEUR, 2007, p. 107; MEINECKE, 1943).

Considerações finais

A pergunta persiste: a memória histórica dos “metódicos” pode ser vista como impedida ou manipulada em contraste com a memória imposta (e/ou obrigada) pelos *Annales*? A nosso ver, de acordo com as reflexões de Ricoeur, uma memória manipulada é o pressuposto para que se crie uma memória impedida. A memória histórica dos “metódicos” pode ser vista como impedida na medida em que é genericamente mal evocada.

A *compulsão de repetição* das verdades ditas consensuais sobre a mesma cria uma memória hábito repetitiva, tautológica, acrítica. Criam-se mecanismos de “manutenção do poder” adquirido que ferem as exigências de objetividade do fazer historiográfico (GOMES, 2006, p. 458-459). Ao se referir à memória histórica preterida frequentemente recorre-se quase que exclusivamente às fontes secundárias, estas inseridas em uma memória histórica vencedora. Chega-se ao ponto da abdicação da leitura sobre os próprios “metódicos” mesmo quando o objeto de investigação está atrelado aos mesmos, pois a verdade aparece já *dada*, não nos documentos, mas sim na própria tradição!

Ao se referir sobre os “metódicos” quase sempre se fala: segundo o autor “x” procediam assim; segundo o autor “y” os “metódicos” eram positivistas, pois comungavam dos preceitos de Ranke; segundo o autor “w” os “metódicos” eram positivistas porque eram adeptos da filosofia especulativa de Auguste Comte.⁵⁶ Leem-se os “metódicos” de

⁵⁶ Outro ponto importante na construção e comemoração da memória dos *Annales* foi a associação efetuada pelos mesmos entre os conceitos positivismo e historicismo. No emaranhado de detrações estigmatizadoras da tradição historiográfica predecessora, formou-se uma prática generalizada no interior da tradição dos *Annales* em identificar um conceito ao outro, em um duplo sentido. Por um lado realçar as deficiências da concepção a ser combatida e, por outro acusá-la de germanófila, visto os metódicos admitirem publicamente a influência alemã em sua prática historiográfica. O conceito positivismo se tornou então um adjetivo

forma fragmentada, quase sempre meramente para se comprovar o já sabido, mas a citação das fontes (neste caso, a citação dos metódicos é quase sempre feita indiretamente) é uma exigência metodológica desde Langlois e Seignobos (REIS, 1996, p. 06-07)!

Os “metódicos” Fustel de Coulanges e Gabriel Monod protagonizaram um caloroso debate ainda em fins do século XIX sobre o método histórico. Neste diálogo Coulanges objeta Monod quanto ao uso do método comparativo em detrimento do método “analítico”. A crítica de Coulanges versa sobre o modo como ambos os métodos deveriam ser colocados em prática, o último devendo possuir prioridade, pois para ele se a ordem fosse invertida o historiador iria à interpretação das fontes com *ideias preconcebidas*!⁵⁷ Sua recomendação era a de primeiro analisar as fontes exaustivamente para a posteriori lançar mão da comparação dos mesmos com os trabalhos já existentes que utilizaram as mesmas fontes. O “espírito de dúvida” sugerido por Coulanges pode ser visto então como um princípio metódico que primaria pela dimensão objetiva do trabalho do historiador. Deve-se duvidar do conhecimento já existente sobre determinado tema, e conseqüentemente das interpretações efetuadas sobre as fontes (COULANGES, 1901, apud: HARTOG, 2003, p. 311-312; 313-318).

A nosso ver, este debate é sintomático por dois motivos: em primeiro lugar ele pode ser visto como um forte indício de que a “escola metódica” não pode ser interpretada em uma perspectiva homogênea, como constituindo um grupo fechado em que seus membros comungavam invariavelmente de uma única concepção de História. O que implica em uma memória histórica que não pode ser negada e/ou esquecida como um todo! Em segundo

pejorativo, em muitos autores colocado como sinônimo ou característica maior de uma história historizante. Vários trabalhos recentes assinalam o equívoco em identificar o espírito positivo de Comte ao espírito positivo de Ranke, o último sendo a verdadeira influência sobre a “escola metódica”. Dentre os inúmeros motivos de tal confusão destacam-se o problema acerca do ideal de objetividade defendido por Ranke – associado erroneamente a um pretenso cientificismo – e as conturbadas relações entre as historiografias francesa e alemã em um momento de fervor nacionalista decorrente da Guerra franco prussiana de 1871. Entretanto, malgrado a explícita aversão filosófica de Ranke, acreditamos plausível atribuir ao mesmo uma filosofia da história de caráter crítico (ARON, 1969), negadora da principal característica da filosofia da história de Comte, a saber, a especulação sobre a produção dos fenômenos históricos, onde se almejava prevê-los através de leis. Sobre esta confusão conceitual ver: BARROS, 2010; CALDAS, 2007; CARBONELL, 1978; HOLANDA, 1979; MARTINS, 2008, 2010; MEINECKE, 1943; WHELING, 1994.

⁵⁷ Diferentemente de Coulanges, L. Febvre entende o termo “teorias preconcebidas” como as hipóteses necessárias para nortear a investigação histórica, ou seja, trata-se de afirmações temporárias sobre o objeto de pesquisa que podem ser comprovadas ou não (FEBVRE, 1977, p. 177-181). Fustel de Coulanges entende por “teorias preconcebidas” uma teoria de caráter conclusivo, que é formulada anteriormente ao contato com o material empírico, onde se buscaria encaixá-lo segundo uma ideia geral preexistente sobre o objeto, procedimento que distorceria o material empírico conforme o interesse do sujeito cognoscente. Deste modo, a nosso ver, há uma discrepância entre ambos os autores sobre o que entendem com uma mesma expressão. Utilizamos o referido termo em nosso trabalho de acordo com o significado atribuído por Coulanges.

lugar, porque a lição dada por Coulanges a mais de um século ainda é útil para os historiadores da atualidade, principalmente ao questionarmos o mencionado procedimento da maior parte da tradição dos *Annales* de ir em direção aos “metódicos” com ideias preconcebidas! Ideia preconcebida significando aqui não uma hipótese de trabalho, uma teoria temporária sobre o material empírico, mas sim uma teoria a priori e de caráter definitivo, ou seja, trata-se de um equívoco metodológico ao se eximir de investigar a plausibilidade da mesma junto ao material empírico. Repetem-se tanto as mesmas sentenças que elas surgem como axiomas, como verdades absolutas!

O perigo iminente desta prática é o de se criar e reproduzir um efeito distorcido sobre as fontes, onde se transfere o princípio de *autoridade* dos textos antigos e dos historiadores mais notáveis (como era recorrente no século XIX) para o consenso instituído no interior de uma específica tradição. Entretanto, se tal consenso pode ser pensado como produto do princípio da intersubjetividade entre os estudiosos, é de bom grado lembrar que o princípio da intersubjetividade deve ser executado também entre tradições historiográficas diferentes, sejam elas contemporâneas ou não.

Assim, a memória impedida dos “metódicos” é também manipulada de acordo com os interesses implícitos dos herdeiros e “comemoradores” da memória histórica dos *Annales*. Em nome da defesa da tão aclamada ruptura (entre tradições) distorce-se inclusive a postura comedida de Marc Bloch quando o mesmo se refere ao seu mestre Seignobos. Enquanto Bloch presta uma homenagem (em uma nota de rodapé em sua obra *Apologia da História*) aos seus mestres ao reconhecer o valor de seu trabalho, Jaques Le Goff interpreta o trecho como uma crítica avassaladora à maneira de Febvre, ao afirmar que para Bloch a obra mais conhecida de Langlois e Seignobos, *Introdução aos estudos históricos* (1898), seria “um horror” (GOMES, 2006, p. 456-457)!

De tal modo, o excesso de memória dos e sobre os *Annales* gera a sua antítese, a insuficiência de memória sobre os “metódicos”. De forma semelhante à relação entre a memória e a identidade, uma memória manipulada produz uma memória impedida e o resultado é a criação de uma memória imposta. Esta por sua vez fomenta a continuidade da instrumentalização da segunda com vistas a se reproduzir indefinidamente. A reconciliação com o passado, produto de uma memória-lembrança somente possível através de um esforço crítico (um trabalho de rememoração relativo tanto à memória histórica da qual fazemos parte, quanto àquela memória histórica que habitualmente execramos), passa pelo reconhecimento do mérito também daqueles intelectualmente e politicamente opostos e/ou

distantes temporalmente. A memorização da história deve assim entrelaçar-se com a sua contrapartida crítica, a historicização da memória e do ato de recordar, pois somente assim as duas formas de se fazer memória (memorização e rememoração) podem coexistir de maneira plausível (RICOEUR, 2007, p. 90).

Requisitar a memória da “escola metódica” atravessou duas finalidades neste trabalho. Em primeiro lugar, a pretensão de resgate da memória dos “metódicos” serve ao intento de valorizar – no grau adequado – as suas contribuições à fundamentação epistemológica da história em França. Não se tratando em nenhum momento de pender para o lado de uma tradição ou outra, em outras palavras, não sendo nosso objetivo simplesmente “ressuscitar” das cinzas uma concepção de história – em certa medida ultrapassada – em sua totalidade. A ideia defendida aqui foi a de evidenciar os esquecimentos injustificados, frutos de uma superposição dos elementos subjetivos ao ideal de objetividade da ciência histórica.

Em segundo lugar, serviu à intenção de evidenciar a tensão inerente no que tange ao uso das categorias temporais de *mudança* e *permanência* na análise das diferentes tradições historiográficas. Admitir e evidenciar tais elementos subjetivos na construção e na interpretação das distintas memórias históricas pode se apresentar como um frutífero fio condutor para uma compreensão mais ponderada da trajetória de nosso saber como um todo. Se este todo é constituído por contribuições as mais variadas, torna-se necessário constantemente (re) avaliar o devido valor de suas partes, se ainda pretende-se afirmar a sua cientificidade. Em suma, urge atualmente - mais do que nunca - a necessidade de reavaliação da verdade na história a partir da tomada em consideração de uma memória inerente ao seu proceder metódico.

Referências:

- ALBUQUERQUE JR. D. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2007.
- ARRAIS, C. **A Escola Metódica e o conhecimento histórico como problema**. In: *Emblemas*, Catalão, v. 01, n. 02, p. ?, 2006.
- ARON, R. **La philosophie critique de l’histoire. Essai sur une théorie allemande de l’histoire**. Paris: J. Vrin, 1969.
- BARROS, J. **A escola dos *Annales* e a crítica ao historicismo e ao positivismo**. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 03, n. 01, Jan/Jun. 2010.
- BORGES, C. **Historiografia francesa fin-de-siècle: a heterogeneidade de sua produção científica**. Monografia apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás,

2010.

BOURDÉ, G & MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CALDAS, P. **O espírito dos papéis mortos: Um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke**. *Emblemas*, Catalão, v. 02, n. 03, p. 11-15, 2007.

CALDAS, P. **O limite do historismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *bildung* na consciência histórica alemã do século XIX**. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 29, p. 139-160, 2006.

CARBONELL, C. **L'histoire dite "positiviste" en France. Romantisme**, n. 21-22. Les positivismes. p. 173-185, 1978.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COLLINGWOOD, R. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

COULANGES, N. **A cidade Antiga**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

FEBVRE, L. **Combates pela história**. Editorial Presença, 1977.

GOMES, T. **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 443-459, Jul/Dez. 2006.

HARTOG, F. **O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HOLANDA, S. (Org) **Leopold von Ranke: História**. São Paulo: Ática, 1979.

MARROU, H. **Do conhecimento histórico**. 3º edição. Lisboa: Pedagógica Universitária, 1974, p. 199-217.

MARTINS, E. **Historicismo: o útil e o desagradável**. In: ARAUJO, Valdei Lopes. et al. *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

_____. **Introdução: O renascimento da História como ciência**. In: Martins, Estevão de Rezende. (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010.

MASTROGREGORI, M. **Historiografia e tradição das lembranças**. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTA, S. **Introdução a Ranke**. In: Martins, Estevão de Rezende. (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010.

MEINECKE, F. **El historicismo y su génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MONOD, G. **Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI**. In: MALERBA, J. (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 332-352.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

RICOEUR, P. **A memória exercitada: uso e abuso**. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANDES, N. **O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930)**. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 125-140, 2009.

WHELING, A. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: UGF; Niterói: UFF, 1994.

WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1995.